

Tabela 14 - Demonstrativo Simplificado do Relatório Resumido da Execução Orçamentária

MUNICÍPIO DE ARAUCÁRIA					
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA - CONSOLIDADO					
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL					
JANEIRO A AGOSTO DE 2023 / BIMESTRE: JULHO - AGOSTO					
RREO - Anexo XVIII (LRF, Art. 48)				R\$ 1,00	
<b>BALANÇO ORÇAMENTÁRIO</b>		<b>Até o Bimestre</b>			
RECEITAS					
Previsão Inicial				1.808.366.916,58	
Previsão Atualizada				1.934.099.906,38	
Receitas Realizadas				1.166.324.891,37	
Déficit Orçamentário				0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)				97.993.488,22	
DESPESAS					
Dotação Inicial				1.808.366.916,58	
Créditos Adicionais				223.726.478,02	
Dotação Atualizada				2.032.093.394,60	
Despesas Empenhadas				1.190.062.082,80	
Despesas Liquidadas				913.419.086,55	
Despesas Pagas				897.167.329,31	
Superávit Orçamentário				252.905.804,82	
<b>DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO</b>		<b>Até o Bimestre</b>			
Despesas Empenhadas				1.190.062.082,80	
Despesas Liquidadas				913.419.086,55	
<b>RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL</b>		<b>Até o Bimestre</b>			
Receita Corrente Líquida				1.260.226.636,17	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites de Endividamento				1.258.833.293,26	
Receita Corrente Líquida Ajustada para Cálculo dos Limites da Despesa com Pessoal				1.253.001.228,55	
<b>RECEITAS E DESPESAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES</b>		<b>Até o Bimestre</b>			
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Fundo em Capitalização (PLANO PREVIDENCIÁRIO)</b>					
Receitas Previdenciárias Realizadas				217.708.010,52	
Despesas Previdenciárias Empenhadas				121.380.404,59	
Despesas Previdenciárias Liquidadas				120.137.678,59	
Despesas Previdenciárias Pagas				120.137.678,59	
Resultado Previdenciário				97.570.331,93	
<b>Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Fundo em Repartição (PLANO FINANCEIRO)</b>					
Receitas Previdenciárias Realizadas				0,00	
Despesas Previdenciárias Empenhadas				0,00	
Despesas Previdenciárias Liquidadas				0,00	
Despesas Previdenciárias Pagas				0,00	
Resultado Previdenciário				0,00	
<b>RESULTADOS PRIMÁRIO E NOMINAL</b>		<b>Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)</b>	<b>Resultado Apurado Até o Bimestre (b)</b>	<b>% em Relação à Meta (b/a)</b>	
Resultado Primário (sem RPPS) - Acima da Linha		(70.641.322,65)	(65.240.852,28)	92,36%	
Resultado Nominal (sem RPPS) - Abaixo da Linha		(70.641.322,65)	(126.433.654,51)	178,98%	
<b>RESTOS A PAGAR A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO</b>					
	<b>Inscrição</b>	<b>Cancelamento Até o Bimestre</b>	<b>Pagamento Até o Bimestre</b>	<b>Saldo a Pagar</b>	
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	14.953.393,43	5.342,69	14.722.976,51	225.074,23	
Poder Executivo	14.804.786,39	5.342,69	14.574.369,47	225.074,23	
Poder Legislativo	148.607,04	0,00	148.607,04	0,00	
Poder Judiciário	-	-	-	-	
Ministério Público	-	-	-	-	
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	255.254.558,44	8.754.763,49	146.181.372,36	100.318.422,59	
Poder Executivo	250.480.421,14	8.754.763,49	144.707.364,44	97.018.293,21	
Poder Legislativo	4.774.137,30	0,00	1.474.007,92	3.300.129,38	
Poder Judiciário	-	-	-	-	
Ministério Público	-	-	-	-	
TOTAL	270.207.951,87	8.760.106,18	160.904.348,87	100.543.496,82	
<b>DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO</b>		<b>Valor Apurado Até o Bimestre</b>	<b>Limites Constitucionais Anuais</b>		
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado Até o Bimestre</b>	
Mínimo Anual de <18% / 25%> das Receitas de Impostos na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino	198.446.009,64		25%	26,47	
Mínimo Anual de 70% do FUNDEB na Remuneração dos Profissionais da Educação Básica	66.399.040,74		70%	88,12	
Percentual de 50% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) na Educação Infantil	0,00		50%	#DIV/0!	
Mínimo de 15% da Complementação da União ao FUNDEB (VAAT) em Despesas de Capital	0,00		15%	#DIV/0!	
<b>RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL</b>		<b>Valor Apurado no Exercício</b>	<b>Saldo Não Realizado</b>		
Receitas de Operação de Crédito		-	-		
Despesa de Capital Líquida		-	-		
<b>PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA</b>		<b>Exercício</b>	<b>10º Exercício</b>	<b>20º Exercício</b>	<b>35º Exercício</b>
<b>Fundo em Capitalização (Plano Previdenciário)</b>					
Receitas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Resultado Previdenciário	-	-	-	-	-
<b>Fundo em Repartição (Plano Financeiro)</b>					
Receitas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Despesas Previdenciárias	-	-	-	-	-
Resultado Previdenciário	-	-	-	-	-
<b>RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS</b>		<b>Valor Apurado no Exercício</b>	<b>Saldo a Realizar</b>		
Receitas Alienação de Ativos		-	-		
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos		-	-		
<b>DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE</b>		<b>Valor apurado Até o Bimestre</b>	<b>Limite Constitucional Anual</b>		
			<b>% Mínimo a Aplicar no Exercício</b>	<b>% Aplicado Até o Bimestre</b>	
Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde executadas com recursos de impostos	146.832.130,28		15%	19,70%	
<b>DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP</b>		<b>Valor Apurado no Exercício Corrente</b>			
Total das Despesas Consideradas para o Limite / RCL (%)		0%			

FONTE: Sistema Atende.Net - IPM e das Entidades da Administração Indireta. Unidade Responsável pela publicação: SMFI. Data da Emissão: 25/09/2023.

NOTAS:

1 - Informações sujeitas a alterações. Se necessário, o relatório será republicado em momento oportuno.

2 - A versão completa do Relatório Resumido da Execução Orçamentária encontra-se publicada no Diário Oficial Eletrônico do Município. Este Demonstrativo Simplificado do RREO encontra-se publicado também em Jornal de Grande Circulação, conforme Art. 43 da IN 89/2013-TCE/PR.

Cristiane Miranda  
Técnico em contabilidade  
CRC/PR 64997/O-3

Lauro Luciano Stall  
Secretário Municipal de  
Finanças

Hissam Hussein Dehaini  
Prefeito Municipal

Luiz Carlos Cruz Moreira  
Controlador Geral

## Governo define limite para prestações do Minha Casa, Minha Vida

A partir de agora, os participantes do Programa Minha Casa, Minha Vida, das faixas 1 e 2 nas modalidades urbana, rural e entidades sem fins lucrativos, pagarão parcelas máximas entre 10% e pouco menos de 15% da renda familiar na participação financeira do imóvel. As novas regras foram publicadas nessa quinta-feira (28) pelo Ministério das Cidades, no Diário Oficial da União.

Os beneficiários que têm renda familiar de até R\$ 1.320 contribuirão com o valor do imóvel pagando parcelas de até 10% da renda familiar, sendo a prestação mínima de R\$ 80. Para os beneficiários com renda familiar entre R\$ 1.320 e R\$ 4.400, as parcelas serão limitadas a 15%, menos R\$ 66 desse valor. Os pagamentos dos imóveis pelos beneficiários serão feitos em até cinco anos, ou seja, em 60 parcelas.

A participação financeira do beneficiário é um dos valores que garantem o pagamento dos imóveis que integram o Minha Casa, Minha Vida. O governo, por meio do Fundo de Arrendamento Residencial, Fundo de Desenvolvimento Social, do Programa Nacional de Habitação Urbana, participa com o subsídio de uma parte do valor total, que, a partir de agora, passa a ser o saldo restante do bem, para essas faixas de renda familiar em casos de habitações urbanas. As aquisições pelas modalidades rural e entidades sem fins lucrativos poderão ter as mesmas condições, em até 10% do total das unidades habitacionais contratadas pelo programa.

Ao participar, nesta quinta-feira (28), do Fórum Norte Nordeste da Indústria da Construção, o ministro das Cidades, Jaider Filho, disse que, com a mudança, esse valor pode chegar a R\$ 95 mil.

A portaria determina ainda que, além do subsídio, os beneficiários poderão usufruir dos descontos para habitação previstos na Lei do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), como o pagamento de uma entrada com esse recurso, o que diminuiria o valor da parcela. ■